

ANALISADO SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO ANALISA MAIS DE 3 MIL PEDIDOS E DÁ RESPOSTA

Valor da taxa de marinha fica menor para 753 capixabas

Moradores que pagam de 2% a 5% do valor do imóvel terão imposto reduzido para 0,6%

KENIA AMARAL

Alívio para o bolso de 753 moradores de terrenos que pertencem à União no Espírito Santo. Dos 3 mil pedidos de aforamento que estão sendo analisados pela força-tarefa, criada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), esses já foram estudados e têm direito à redução do imposto. Portanto, se atualmente esses capixabas pagam de 2% a 5% do valor do imóvel para a SPU, a partir deste ano passarão a contribuir com apenas 0,6%.

O gerente regional da SPU, Edmar Fraga, explica que, dos 753 processos, 144 já foram aprovados pela própria secretaria. Os requerentes dos 609 restantes, entretanto, devem resolver a situação com o Governo do Estado porque estão em terrenos que foram cedidos à administração estadual. Eles estão localizados na chamada Esplanada Capixaba, que vai da Primeira Igreja Batista de Vitória, na Avenida Beira Mar, até o prédio Fábio Ruschi, no

Centro de Vitória.

Quando a União cede algum terreno para prefeituras municipais ou Governo estadual, automaticamente, os moradores que pagam taxa de marinha deixam de ser ocupantes e se tornam foreiros. Por isso, é preciso estar atento para evitar pagar um imposto mais caro.

Diante dessa regra, é com o Governo, especificamente, com a Secretaria de Estado de Administração, que os contribuintes devem se acertar. Mas, para ter certeza de que você está incluído nessa situação, a SPU irá mandar uma notificação a cada morador explicando a análise feita de seu processo.

Outros. Além desses 753 pedidos, outras 878 solicitações de aforamento foram analisadas pela força-tarefa. Desse montante, 113 não atenderam aos quesitos necessários para se tornarem foreiros e, por isso, tiveram as solicitações indeferidas.

Outros 92 processos estão no setor de Engenharia da SPU para o esclarecimento de algumas dúvidas quanto à localização dos terrenos, tamanhos de áreas, entre outros detalhes. Além desses, 673 pedidos estão com problemas na documentação. Os requerentes serão notificados e têm 30 dias para responder à secretaria.



ÁREAS. Os imóveis beneficiados com a decisão da SPU estão na região da Esplanada Capixaba, no Centro de Vitória. FOTO: CARLOS ALBERTO DA SILVA

SPU recebe ofício do Ministério Público

O gerente regional da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Edmar Fraga, recebeu só na última segunda-feira o ofício encaminhado no dia 16 de março pelo Ministério Público Federal (MPF). O documento questiona 13 pontos sobre a cobrança da taxa de marinha. O procurador Carlos Fernando Mazzoco pediu esclarecimentos sobre a geografia da Capital capixaba em 1831, data que foi usada para definir os terrenos federais, a função social do imposto, o número de contribuintes, a quantidade de foreiros e ocupantes e quais são os territórios situados em locais que pertencem à União. Edmar Fraga afirmou que já repassou as perguntas para a equipe jurídica da SPU no Estado, que terá dez dias para respondê-las. O ofício só será encaminhado para Brasília se houver alguma dificuldade em prestar explicações.

Serviço

■ Todos os contribuintes receberão uma notificação da SPU a partir do dia primeiro de abril.

■ Quem tiver alguma dúvida pode ligar para a SPU. O telefone é (27) 3232-5303.

■ A SPU fica localizada no prédio do Ministério da Fazenda, na Avenida Beira Mar, no Centro de Vitória.

O PROCESSO

■ **Balanço.** Dos 3 mil pedidos de aforamento na Secretaria de Patrimônio da União (SPU), 1.631 já foram julgados. Desse montante, 753 contribuintes pagarão mais baixo pela taxa de marinha.

■ **Aprovados.** Esses processos estão divididos da seguinte forma: 144 foram aprovados porque apresentaram toda a documentação correta. Já os outros 609 contribuintes têm direito à redução do imposto porque estão localizados em terrenos que foram cedidos para o Governo. Assim, automaticamente, têm que se tornarem foreiros.

■ **Reprovados.** Além desses 753 pedidos, outras 878 solicitações de aforamento foram analisadas pela força-tarefa. Desse montante, 113 não atenderam aos quesitos necessários para se tornarem foreiros e, por isso, tiveram as solicitações indeferidas.

■ **Dúvidas.** Outros 92 processos precisam esclarecer dúvidas de localização e 673 estão com problemas nos documentos.